

**PROJETO BÁSICO**  
**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 007/2024/SMP-PD**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2024/SMP-PD**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).**

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CARIRÉ-CE.

1.2. A contratação será divida em Item(s), conforme tabela constante abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	ÁCIDO MURIÁTICO, LIMPADOR BASE ÁCIDA(EMB. 1000ML)	12.0	Unidade
ÁCIDO MURIÁTICO, LIMPADOR BASE ÁCIDA(EMB. 1000ML)			
2	ÁGUA SANITÁRIA (EMB. 2 LITROS)	60.0	Unidade
ÁGUA SANITÁRIA (EMB. 2 LITROS)			
3	ÁLCOOL ETÍLICO 70% EMBALAGEM DE 1 LITRO	20.0	Unidade
ÁLCOOL ETÍLICO 70% EMBALAGEM DE 1 LITRO, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.			
4	AROMATIZADOR DE AR EM AEROSOL CONT. 360 ML, FRAG. LAVANDA.	30.0	Tubo
AROMATIZADOR DE AR EM AEROSOL CONT. 360 ML, FRAG. LAVANDA.			
5	BÁCIA DE PLÁSTICO N 04 COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS.	1.0	Unidade
BÁCIA DE PLÁSTICO N 04 COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS.			
6	BALDE DE PLÁSTICO C/CAP. P/10 LITROS.	2.0	Unidade
BALDE DE PLÁSTICO C/CAP. P/10 LITROS.			
7	BANDEJA DE AÇO INOX RETANGULAR TAM. CERCA DE 40 X 28 CM.	1.0	Unidade
BANDEJA DE AÇO INOX RETANGULAR TAM. CERCA DE 40 X 28 CM.			
8	CESTO LIXEIRA PLÁSTICA VAZADA 10 L PRETO.	3.0	Unidade
CESTO LIXEIRA PLÁSTICA VAZADA 10 L PRETO.			
9	COADOR PARA CAFÉ (DE TECIDO)	2.0	Unidade
COADOR PARA CAFÉ (DE TECIDO)			
10	COLHER DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA (EMB. 50 UND)	10.0	Pacote
COLHER DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA (EMB. 50 UND)			
11	CONJUNTO COM 06 COPOS DE VIDRO TRANSPARENTE 300 ML (LISO SEM DETALHES)	1.0	Conjunto
CONJUNTO COM 06 COPOS DE VIDRO TRANSPARENTE 300 ML (LISO SEM DETALHES)			

12	CONJUNTO DE TALHERES INOX 24 PEÇAS.	1.0	Conjunto
CONJUNTO DE TALHERES INOX 24 PEÇAS.			
13	COPO DE PLÁSTICO DESC. DE 180 ML (EMB. 100 UND)	200.0	Pacote
COPO DE PLÁSTICO DESC. DE 180 ML (EMB. 100 UND)			
14	COPO DE PLÁSTICO DESC. DE 50 ML (EMB. 100 UND)	150.0	Pacote
COPO DE PLÁSTICO DESC. DE 50 ML (EMB. 100 UND)			
15	CUZCUZEIRA DE ALIMINIO CAP. 2 LITROS.	1.0	Unidade
CUZCUZEIRA DE ALIMINIO CAP. 2 LITROS.			
16	DEPÓSITO DE PLÁSTICO PARA AÇÚCAR.	1.0	Unidade
DEPÓSITO DE PLÁSTICO PARA AÇÚCAR.			
17	DEPÓSITO DE PLÁSTICO PARA CAFÉ.	1.0	Unidade
DEPÓSITO DE PLÁSTICO PARA CAFÉ.			
18	DESINFETANTE AROMA FLORAL (EMB. 2 LITROS)	120.0	Unidade
DESINFETANTE AROMA FLORAL (EMB. 2 LITROS)			
19	DETERGENTE LÍQUIDO AROMA NATURAL (EMBALAGEM 500 ML)	70.0	Unidade
DETERGENTE LÍQUIDO AROMA NATURAL (EMBALAGEM 500 ML), DETERGENTE LÍQUIDO PARA LOUÇA, BIODEGRADÁVEL CONSISTENTE, APLICAÇÃO: REMOÇÃO DE GORDURAS, AROMA NATURAL. FRASCO DE 500 ML. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.			
20	ESCOVA DE NYLON PARA ROUPA.	2.0	Unidade
ESCOVA DE NYLON PARA ROUPA.			
21	ESCOVA P/ SANITÁRIOS C/ SUPORTE.	5.0	Unidade
ESCOVA P/ SANITÁRIOS C/ SUPORTE.			
22	ESPANADOR DE TETO	1.0	Unidade
ESPANADOR DE TETO			
23	ESPONJA DE AÇO (EMB. 08 UND)	15.0	Pacote
ESPONJA DE AÇO (EMB. 08 UND)			
24	ESPONJA DUPLA FACE	40.0	Unidade
ESPONJA DUPLA FACE			
25	FLANELA 30X50 CM	30.0	Unidade
FLANELA 30X50 CM			
26	FÓSFORO (PACOTE COM 10 CAIXAS DE FÓSFOROS)	5.0	Pacote
FÓSFORO (PACOTE COM 10 CAIXAS DE FÓSFOROS)			
27	GARRAFA TÉRMICA P/ CAFÉ CAP. 1 LIT INOX.	1.0	Unidade
GARRAFA TÉRMICA P/ CAFÉ CAP. 1 LIT INOX.			

28	GARRAFA TÉRMICA P/ CAFÉ CAP. 1 LIT.	1.0	Unidade
GARRAFA TÉRMICA P/ CAFÉ CAP. 1 LIT.			
29	GARRAFA EM PLÁSTICO P/ ÁGUA CAP. 02 LITROS.	3.0	Unidade
GARRAFA EM PLÁSTICO P/ ÁGUA CAP. 02 LITROS.			
30	GARRAFA TÉRMICA CAP. 1,2 LITROS C/ ALÇA REVESTIDA EM AÇO INOX FOSCO.	1.0	Unidade
GARRAFA TÉRMICA CAP. 1,2 LITROS C/ ALÇA REVESTIDA EM AÇO INOX FOSCO.			
31	GUARDANAPO DE PAPEL (EMB. 50 UND)	10.0	Pacote
GUARDANAPO DE PAPEL (EMB. 50 UND)			
32	INSETICIDA AEROSOL (EMBALAGEM 300 ML)	8.0	Tubo
INSETICIDA AEROSOL (EMBALAGEM 300 ML)			
33	ÍSQUEIRO ACENDENDOR DE FOGÃO.	6.0	Unidade
ÍSQUEIRO ACENDENDOR DE FOGÃO.			
34	JARRA DE VIDRO PARA ÁGUA COM CAPACIDADE PARA 2 LITROS.	1.0	Unidade
JARRA DE VIDRO PARA ÁGUA COM CAPACIDADE PARA 2 LITROS.			
35	LEITEIRA EM AUMINIO CAP. 2 LITROS.	1.0	Unidade
LEITEIRA EM AUMINIO CAP. 2 LITROS.			
36	LIMPA VÍDROS (EMBALAGEM 500 ML)	3.0	Unidade
LIMPA VÍDROS (EMBALAGEM 500 ML)			
37	LIMPADOR MULTIUSO (EMBALAGEM 500 ML)	30.0	Unidade
LIMPADOR MULTIUSO (EMBALAGEM 500 ML), ESPECIFICAÇÃO: MULTIUSO PARA LIMPEZA DE DIVERSAS SUPERFÍCIES LAVÁVEIS, EMBALAGEM DE 500 ML.			
38	LUSTRA MÓVEIS (EMB 200 ML)	5.0	Frasco
LUSTRA MÓVEIS (EMB 200 ML)			
39	LUVAS DE LÁTEX FORRADA E ANTIDERRAPANTE, CANO LONGO TAM. M.	4.0	Par
LUVAS DE LÁTEX PARA USO GERAL EM LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO FORRADA E ANTIDERRAPANTE, CANO LONGO TAM. M.			
40	PÁ P/ LIXO COM CABO ARTICULADO	5.0	Unidade
PÁ P/ LIXO COM CABO ARTICULADO			
41	PANO DE LIMPEZA MICROFIBRA MED. A PARTIR DE 30X30 CM.	4.0	Unidade
PANO DE LIMPEZA MICROFIBRA MED. A PARTIR DE 30X30 CM.			
42	PANO DE PRATO 100% ALGODÃO MED. 45X70 CM.	8.0	Unidade
PANO DE PRATO 100% ALGODÃO MED. 45X70 CM.			
43	PANO PARA O CHÃO 100% ALGODÃO MED. 40X70 CM (NO MINIMO)	30.0	Unidade
PANO PARA O CHÃO 100% ALGODÃO SACO ALVEJADO MED. 40X70 CM (NO MINIMO)			
44	PEPEL HIGIÉNICO DE FOLHAS SIMPLES PERFUMADO EMB. PAC. C/4 ROLOS DE 30M	60.0	Pacote

PEPEL HIGIÊNICO DE FOLHAS SIMPLES PERFUMADO EMB. PAC. C/4 ROLOS DE 30M			
45	PEPEL TOALHA EM ROLO NA COR BRANCO EMB. ROLO MED. 22X20CM (EMB 2 UND)	10.0	Pacote
PEPEL TOALHA EM ROLO NA COR BRANCO EMB. ROLO MED. 22X20CM (EMB 2 UND)			
46	PEDRA SANITARIA 25GR EMB C/1 UND	50.0	Unidade
PEDRA SANITARIA 25GR EMB C/1 UND			
47	PRATOS DESCARTÁVEIS (EMB. 10 UNIDADES) PRATO FUNDO MED: 15CM	40.0	Pacote
PRATOS DESCARTÁVEIS (EMB. 10 UNIDADES) PRATO FUNDO MED: 15CM			
48	PULVERIZADOR (BORRIFADOR DE ÁGUA, ÁLCOOL, LÍQUIDOS EM GERAL) 500ML	5.0	Frasco
PULVERIZADOR (BORRIFADOR DE ÁGUA, ÁLCOOL, LÍQUIDOS EM GERAL) 500ML			
49	RODO DE BORACHA TAM.40CM C/ CABO	6.0	Unidade
RODO DE BORACHA TAM.40CM C/ CABO			
50	RODO EM PLÁSTICO BORRACHA DUPLA 60CM C/CABO	4.0	Unidade
RODO EM PLÁSTICO BORRACHA DUPLA 60CM C/CABO			
51	SABÃO DE COCO (EMB. BARRA 200GR)	10.0	Unidade
SABÃO DE COCO (EMB. BARRA 200GR)			
52	SABÃO EM BARRA 200G. TIPO TABLETE	30.0	Unidade
SABÃO EM BARRA 200G. TIPO TABLETE			
53	SABÃO EM PÓ 2KG	20.0	Unidade
SABÃO EM PÓ 2KG			
54	SABONETE LÍQUIDO 250ML	5.0	Unidade
SABONETE LÍQUIDO 250ML (HIPOALERGÊNICO E DERMATOLOGICAMENTE TESTADO)			
55	SACO P/LIXO EM PLÁSTICO CAP. 100 LITROS (EMB.C/100 UND)	15.0	Pacote
SACO P/LIXO EM PLÁSTICO CAP. 100 LITROS (EMB.C/100 UND)			
56	SACO P/LIXO EM PLÁSTICO CAP. 20 LITROS (EMB. C/100 UND)	5.0	Pacote
SACO P/LIXO EM PLÁSTICO CAP. 20 LITROS (EMB. C/100 UND)			
57	SACO P/LIXO EM PLÁSTICO CAP. 40 LITROS (EMB. C/100 UND)	20.0	Pacote
SACO P/LIXO EM PLÁSTICO CAP. 40 LITROS (EMB. C/100 UND)			
58	SACO P/LIXO EM PLÁSTICO CAP. 60 LITROS (EMB. C/100 UND)	20.0	Pacote
SACO P/LIXO EM PLÁSTICO CAP. 60 LITROS (EMB. C/100 UND)			
59	TOALHA DE MÃO NA COR BRANCA 100% ALGODÃO MED. 50X80CM	5.0	Unidade
TOALHA DE MÃO NA COR BRANCA 100% ALGODÃO MED. 50X80CM			
60	VASSOURA DE PALHA	10.0	Unidade
VASSOURA DE PALHA			

61	VASSOURA DE PELO 60CM C/ CABO	8.0	Unidade
VASSOURA DE PELO 60CM C/ CABO			
62	CONJUNTO XICARA DE CHÁ TRANSPARENTE COM PIRES (LISO SEM DETALHES)	2.0	Conjunto
CONJUNTO XICARA DE CHÁ TRANSPARENTE COM PIRES (LISO SEM DETALHES)			
63	JOGO DE TALHER 24 PEÇAS EM AÇO INOX	1.0	Jogo
JOGO DE TALHER 24 PEÇAS EM AÇO INOX			

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme estabelecido em regulamento interno.

## 2. DA PESQUISA DE PREÇO

2.1. O Setor de Compras realizou ampla pesquisa de mercado levando-se em consideração todos os detalhes que envolvem o objeto a ser adquirido, e anexa-se ao processo os valores apurados compilados em relatório, que visa subsidiar o Valor de Referência no montante de R\$ R\$ 10.732,71 (dez mil, setecentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos), que norteará as decisões do Agente de Contratação designado para a realização da Dispensa Eletrônica de Licitação, quanto à aceitabilidade das propostas.

## 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. Justificativa para o Fornecimento de Material de Limpeza, Copa e Cozinha para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Cariré:  
A Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Cariré desempenha um papel fundamental na administração dos recursos públicos e na prestação de serviços à comunidade. Para garantir o bom funcionamento das atividades desempenhadas por esta Secretaria, é essencial contar com um ambiente de trabalho limpo, organizado e bem-equipado. Atualmente, enfrentamos desafios significativos no que diz respeito ao suprimento e manutenção dos materiais de limpeza, copa e cozinha necessários para o funcionamento adequado das instalações da Secretaria. A falta de um fornecimento regular e confiável desses materiais tem impactado negativamente a eficiência operacional e o conforto dos colaboradores. Dentre as principais razões que justificam a necessidade de fornecimento de material de limpeza, copa e cozinha, destacam-se:  
1. Higiene e Saúde Ocupacional: - A manutenção da limpeza e higiene nos ambientes de trabalho é essencial para prevenir a propagação de doenças infecciosas, como gripes, resfriados e infecções gastrointestinais, especialmente em ambientes de grande circulação de pessoas. - Além disso, a limpeza adequada dos espaços de trabalho contribui para reduzir a presença de alérgenos e agentes irritantes, promovendo um ambiente mais saudável para os colaboradores, o que pode resultar em uma redução no número de faltas por motivos de saúde e no aumento da produtividade.  
2. Produtividade e Eficiência: - Dispor dos materiais necessários para limpeza, copa e cozinha de forma regular e adequada permite que os colaboradores realizem suas tarefas diárias de forma mais eficiente, sem

interrupções causadas pela falta de insumos básicos. - Além disso, a disponibilidade desses materiais evita desperdícios de tempo e recursos, pois os colaboradores não precisam buscar alternativas improvisadas ou aguardar a reposição dos materiais.3. Imagem Institucional: - Um ambiente limpo, organizado e bem-cuidado reflete positivamente a imagem da Secretaria perante a comunidade, transmitindo profissionalismo, comprometimento com a qualidade dos serviços prestados e cuidado com o patrimônio público. - Uma boa imagem institucional pode fortalecer o relacionamento com a comunidade, aumentar a confiança dos cidadãos nos serviços públicos e até mesmo atrair investimentos e parcerias para o município.4. Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental: - A escolha de materiais de limpeza sustentáveis, biodegradáveis e com baixo impacto ambiental contribui para a preservação do meio ambiente e para o cumprimento das políticas ambientais municipais. - Além disso, a implementação de práticas de gestão adequada dos resíduos, como a separação e reciclagem de materiais, demonstra o comprometimento da Secretaria com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental, o que pode gerar uma imagem positiva perante a comunidade e os órgãos reguladores. Diante do exposto, torna-se evidente a necessidade urgente de garantir um fornecimento regular e confiável de material de limpeza, copa e cozinha para atender às demandas da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Cariré. A realização dessa medida não apenas melhorará as condições de trabalho dos colaboradores, mas também promoverá a eficiência operacional e a imagem institucional da Secretaria. Portanto, recomendamos a adoção de ações imediatas para solucionar essa problemática e assegurar um ambiente de trabalho adequado e funcional.

#### **4. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

4.1. O valor apresentado na pesquisa de mercado enquadra-se no disposto no Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, referindo-se à dispensa de licitação para contratação do objeto demandado neste termo, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação. O Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras

4.2. As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.

A nova Lei de Licitações, sancionada no dia 01 de Abril de 2021, trouxe inovações diversas, inclusive adequou os limites de dispensa de licitação em seu Art. 75, inciso II, que assim preconizou:

Da Dispensa de Licitação - Art. 75, inciso II  
para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras

## 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 2 (dois) dias. dias, contados do recebimento da ordem de compra, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (24 (vinte e e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Nomear Gestor e Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

6.1.2. Encaminhar formalmente as demandas de serviços, de acordo com os critérios estabelecidos neste Projeto Básico;

6.1.3. Receber o objeto prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

6.1.4. Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;

6.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

6.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

6.1.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;

6.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

6.1.9. Disponibilizar para a equipe técnica da CONTRATADA os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato;

6.1.10. Assistir a equipe técnica da CONTRATADA na indicação dos locais de execução dos serviços, como forma de prevenir a ocorrência de danos de qualquer natureza;

6.1.11. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Projeto Básico, solicitando a CONTRATADA a pronta regularização;

6.1.12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;

6.1.13. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

7.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

7.1.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

7.1.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;

7.1.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

7.1.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

7.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação;

7.1.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;

7.1.9. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

7.1.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo relatórios e documentação técnica à Administração;

7.1.11. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;

7.1.12. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Projeto Básico;

7.1.13. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;

7.1.14. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;

7.1.15. Manter identificados todos os materiais e equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

7.1.16. Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;

7.1.17. Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;

7.1.18. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;

7.1.19. Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;

7.1.20. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

7.1.21. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

7.1.22. Abster-se de remanejar ou desativar equipamentos ou recursos sem prévia autorização da CONTRATANTE;

7.1.23. Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;

7.1.24. Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;

7.1.25. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;

7.1.26. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

## 8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) serviço(s) contratado(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o § 2º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) pela Administração, na forma e prazo estabelecido neste Projeto Básico.

11.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobreestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação.

11.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores.

11.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) ( 6 / 100 ) I = 0,00016438$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa eletrônica de licitação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica de licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa eletrônica de licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

12.2.3. Multa de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

12.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

12.2.5. Multa de 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

12.2.6. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas e os profissionais que:

12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores.

### **13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

13.1. A empresa CONTRATADA deverá garantir, no que couber, o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

13.2. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988 .

13.3. A empresa contratada deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.

13.4. É dever da contratada, observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

### **14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas correrão a conta de dotações específica do orçamento do(a) Secretaria de Administracao, Planej. e Financas, na classificação econômica 0301.04.122.0402.2.005 - Manutencao da Sec. de Administracao Planejamento e Financas, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903022 - Material de Consumo, R\$ 7.502,79 (sete mil, quinhentos e dois reais e setenta e nove centavos)33903021 - Material de Consumo, R\$ 3.229,92 (três mil, duzentos e vinte e nove reais e noventa e dois centavos); .

Cariré/CE, 07 de maio de 2024

**JONATHAN FERNANDES DE SOUZA**  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA